

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --****Questão 21**

Assinale a opção correta acerca das disposições constitucionais de defesa do Estado e das instituições democráticas.

- A Na decretação do estado de defesa, não há necessidade de manifestação do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.
- B Na vigência do estado de defesa, excepcionalmente, é permitida a incomunicabilidade do preso.
- C Cessado o estado de defesa ou estado de sítio, cessarão também seus efeitos, não havendo que se falar em responsabilidade pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes.
- D O estado de sítio pode ser decretado em caso de declaração do estado de guerra ou de resposta a agressão armada estrangeira.
- E A decretação do estado de sítio fica a cargo do presidente da República, sem necessidade de autorização prévia do Congresso Nacional, como ocorre no estado de defesa.

**Questão 22**

Assinale a opção correta no que concerne aos direitos e garantias fundamentais.

- A As ações de *habeas corpus* e *habeas data* são gratuitas apenas para os financeiramente hipossuficientes, na forma da lei.
- B São brasileiros naturalizados aqueles nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiro, desde que qualquer destes esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- C É inafiançável e insuscetível de graça ou anistia a prática dos crimes de terrorismo e racismo.
- D É vedada a cassação dos direitos políticos, exceto nos casos de condenação criminal transitada em julgado.
- E A assistência aos desamparados constitui direito fundamental social, conforme previsão constitucional.

**Questão 23**

A respeito da repartição constitucional de competências, julgue os itens a seguir, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

- I Os estados podem, mediante autorização da União via lei complementar, legislar sobre questões específicas das matérias de competência privativa do ente central.
- II A competência para legislar concorrentemente aplica-se à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.
- III No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limita-se a estabelecer normas gerais.
- IV São competências materiais exclusivas da União organizar e manter as polícias civil, penal e militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 24**

As prerrogativas e sujeições conferidas à administração pública, inexistentes nas relações típicas entre particulares, caracterizam o regime jurídico administrativo e derivam especificamente de dois princípios, denominados

- A supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público.
- B razoabilidade e proporcionalidade.
- C eficiência e eficácia.
- D legitimidade e boa-fé.
- E impessoalidade e publicidade.

**Questão 25**

Julgue os itens a seguir, relativos à administração pública e à sua organização.

- I Em nenhuma forma de descentralização há hierarquia, inexistindo, pois, controle da administração direta sobre a indireta.
- II No Brasil, adota-se o critério formal de administração pública. Dessa forma, administração pública é aquilo que, juridicamente, o direito assim considera, independentemente da atividade exercida.
- III A desconcentração administrativa se dá por meio de outorga.
- IV As autarquias e fundações públicas são entidades da administração indireta.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e IV.
- D I, II e III.
- E II, III e IV.

**Questão 26**

A respeito do poder de polícia, julgue os itens seguintes.

- I O poder de polícia administrativo pode ser exercido preventivamente ou repressivamente.
- II As entidades com personalidade de direito privado integrantes da administração pública indireta podem exercer poder de polícia.
- III São atributos do poder de polícia a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade.
- IV A autorização é um ato administrativo vinculado e definitivo pelo qual a administração pública reconhece que o particular detentor de um direito subjetivo preenche as condições para o seu gozo.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e IV.
- D I, II e III.
- E II, III e IV.

**Questão 27**

Acerca de atos administrativos, assinale a opção correta.

- A Há sempre um controle de mérito na anulação de um ato administrativo.
- B A revogação, fundada no poder vinculado da administração, decorre exclusivamente do critério de conveniência e oportunidade.
- C No exercício de sua função típica, o Poder Judiciário não pode, em hipótese alguma, revogar ato administrativo editado pelo Poder Executivo ou pelo Poder Legislativo.
- D O vício de legalidade de um ato administrativo pode ser sanável ou não, sendo obrigatória a anulação do ato em ambos os casos, não havendo que se falar em convalidação.
- E Até mesmo os atos vinculados são passíveis de revogação, visto que comportam juízo de oportunidade e conveniência.

**Questão 28**

Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, independentemente de qualquer outra condição, os crimes

- A praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e que aí não sejam julgados.
- B de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- C cometidos por estrangeiro contra brasileiro.
- D que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- E praticados por brasileiro.

**Questão 29**

O agente que, após iniciar a prática de um crime, voluntariamente impede que o resultado se produza

- A incorre em desistência voluntária.
- B incorre em conduta atípica.
- C responde pela modalidade tentada do delito.
- D incorre em arrependimento posterior.
- E responde pelos atos já praticados.

**Questão 30**

Considere-se que João, mediante uma única ação dolosa, tenha praticado dois delitos diferentes. Sabendo-se que os crimes não resultam de desígnios autônomos, está caracterizado o

- A crime continuado, e deve ser aplicada a maior das penas, aumentada de um sexto até a metade.
- B crime continuado, e deve ser aplicada a menor das penas, aumentada de um sexto até a metade.
- C concurso formal de crimes, e deve ser aplicada a maior das penas, aumentada de um sexto até a metade.
- D concurso material de crimes, e devem ser somadas as penas dos crimes.
- E concurso formal de crimes, e deve ser aplicada a menor das penas, aumentada de um sexto até a metade.

**Questão 31**

Assinale a opção que indica corretamente uma hipótese de legítima defesa.

- A repulsa à agressão injusta, atual ou iminente
- B prevenção contra agressão futura
- C vingança pessoal
- D sacrifício de bem jurídico
- E motivação com relevante valor social ou moral

**Questão 32**

O homicídio é privilegiado quando praticado

- A mediante paga ou promessa de recompensa.
- B em descumprimento de medida protetiva de urgência.
- C por ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima.
- D sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.
- E como resultado de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício.

**Questão 33**

A ocorrência de processo e julgamento, por juiz de direito, de pessoa que detenha foro privilegiado nos tribunais viola o princípio

- A do contraditório.
- B da ampla defesa.
- C da oficiosidade.
- D da presunção de inocência.
- E do juiz natural.

**Questão 34**

A lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas

- A permite aplicação analógica.
- B não se sujeita a tratados, convenções ou regras de direito internacional.
- C não permite interpretação extensiva.
- D não permite suplemento dos princípios gerais do direito.
- E aplica-se retroativamente sempre que favorecer o réu.

**Questão 35**

O inquérito policial instaurado, com o réu preso e envolvendo um processo de difícil elucidação, deverá terminar no prazo de

- A 30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias.
- B 15 dias improrrogáveis.
- C 10 dias improrrogáveis.
- D 10 dias, prorrogáveis por até 30 dias.
- E 5 dias improrrogáveis.

**Questão 36**

Luísa foi presa em flagrante, em sua residência, menos de 24 horas após supostamente ter furtado uma motocicleta, que não foi encontrada. A prisão foi efetuada por dois policiais civis que realizavam diligências na área, com base em denúncia anônima.

Nessa situação hipotética, configura-se

- A flagrante próprio.
- B flagrante preparado.
- C flagrante impróprio.
- D flagrante presumido.
- E prisão ilegal.

**Questão 37**

Assinale a opção correta acerca do direito probatório.

- A Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o mero fato de um cão farejador indicar a presença de drogas em uma residência é suficiente para autorizar o ingresso da força policial no local.
- B De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a confissão do réu, por si só, não autoriza a entrada dos policiais em seu domicílio, sendo necessário que haja permissão conferida de forma livre e voluntária pelo morador, registrada pela autoridade policial necessariamente em áudio e vídeo.
- C A denominada autópsia psicológica é uma prova atípica que, segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pode ser admitida no processo penal, sendo de responsabilidade do juiz controlar a sua aplicação em cada caso específico.
- D A realização de revista pessoal por policiais pode ser fundamentada na observação de que o suspeito aparentou nervosismo ao perceber a presença dos oficiais.
- E O acesso da polícia a *chip* telefônico descartado por acusado em via pública caracteriza quebra de sigilo telefônico.

**Questão 38**

Considere que, durante uma operação militar, o sargento Silva tenha se recusado, perante o seu superior, a aceitar e cumprir ordem direta relativa a assunto de serviço, colocando em risco a segurança de sua equipe. Nessa situação hipotética, o sargento Silva cometeu o crime de

- A reunião ilícita.
- B peculato.
- C recusa de obediência.
- D desacato a superior.
- E insubmissão.

**Questão 39**

Suponha que o capitão Fonseca tenha se envolvido em um esquema de desvio de recursos originalmente destinados à alimentação dos soldados de sua unidade militar. Nesse caso hipotético, o capitão Fonseca praticou o crime de

- A estelionato.
- B descaminho.
- C concussão.
- D furto.
- E peculato.

**Questão 40**

Considere que um soldado da polícia militar do Pará, durante o serviço, tenha ameaçado um civil, sem efetuar quaisquer disparos. Nessa ocorrência hipotética, o soldado praticou o crime militar de

- A lesão corporal leve.
- B coação.
- C insubmissão.
- D ameaça.
- E tentativa de homicídio.

**Questão 41**

Suponha que, durante uma operação policial militar, um civil com mandado de prisão em aberto expedido em seu nome tenha, na tentativa de impedir sua prisão, agredido o soldado Marcos, que participava da operação. Nessa situação, o civil praticou o crime de

- A resistência.
- B constrangimento ilegal.
- C lesão corporal gravíssima.
- D desobediência.
- E desacato.

**Questão 42**

No que se refere às medidas de segurança previstas no Código Penal Militar (CPM), assinale a opção correta.

- A As medidas de segurança regem-se pela lei vigente ao tempo da sentença, ainda que haja lei diversa vigente ao tempo da execução.
- B A suspensão condicional da pena afasta a aplicação de medida de segurança não detentiva.
- C As medidas de segurança podem ser aplicadas a civis e militares.
- D A medida de segurança do exílio local é classificada como patrimonial.
- E A proibição de frequentar determinados lugares é classificada como detentiva.

**Questão 43**

Em um processo penal militar, a autoridade responsável por fiscalizar a investigação e, posteriormente, oferecer denúncia é o

- A promotor de justiça militar.
- B delegado de polícia.
- C advogado de defesa.
- D oficial de justiça militar.
- E comandante da unidade militar.

**Questão 44**

Caso um soldado seja acusado de desrespeitar uma ordem direta de seu superior durante o exercício militar, o procedimento correto a ser adotado pelas autoridades militares é

- A arquivar o caso, haja vista o contexto de treinamento.
- B instaurar um inquérito policial militar (IPM) para investigar o ocorrido.
- C encaminhar o caso diretamente para julgamento em tribunal militar.
- D aplicar penalidade disciplinar, prescindindo-se de investigação formal.
- E transferir o soldado para outra unidade militar como forma de punição, sem instaurar procedimento investigatório.

**Questão 45**

Após receber os autos conclusos de um inquérito policial militar (IPM), cabe ao promotor de justiça militar

- A julgar o acusado e proferir a sentença.
- B encaminhar obrigatoriamente o caso para o tribunal militar.
- C oferecer denúncia, se houver elementos suficientes, ou solicitar o arquivamento do caso.
- D sentenciar e definir a pena aplicável ao acusado.
- E realizar, pessoalmente, o interrogatório do acusado.

**Texto 1A06**

Durante um treinamento militar, um soldado foi acusado de agredir um colega de tropa, causando-lhe lesões graves.

**Questão 46**

Na situação hipotética apresentada no texto 1A06, o titular da ação penal militar deve ser o

- A próprio soldado acusado.
- B juiz de direito da comarca.
- C advogado de defesa do soldado.
- D Ministério Público Militar.
- E comandante da unidade militar.

**Questão 47**

No caso hipotético narrado no texto 1A06, é adequada a ação penal militar

- A pública incondicionada.
- B pública condicionada à representação.
- C privada.
- D subsidiária.
- E de iniciativa privada.

**Questão 48**

Conforme a Lei n.º 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos), é considerado crime hediondo

- I o roubo qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
- II a extorsão mediante sequestro.
- III a posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.
- IV o tráfico internacional de munição.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e IV.
- D I, II e III.
- E II, III e IV.

**Questão 49**

De acordo com o disposto na Lei n.º 9.503/1997, no homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de 1/3 à metade se o agente

- A** deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do sinistro.
- B** praticar a ação que resultou no homicídio nas imediações de estabelecimento escolar.
- C** estiver sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.
- D** praticar a ação que resultou no homicídio em frente a um semáforo.
- E** estiver no exercício de sua profissão ou atividade, conduzindo veículo de transporte de carga.

**Questão 50**

Assinale a opção correta com base no que dispõe a Lei n.º 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).

- A** Aos maiores de dezoito anos de idade que residam em áreas rurais e que comprovem depender do uso de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar e familiar será concedido porte de arma de fogo pelo Exército, na categoria caçador para subsistência.
- B** Aos integrantes das guardas municipais dos municípios com mais de 40.000 e menos de 400.000 habitantes, quando em serviço, é autorizado o porte de arma.
- C** Possuem porte de arma os integrantes das carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, cargos de auditor-fiscal e analista tributário.
- D** O caçador para subsistência que der outro uso à sua arma de fogo, independentemente de outras tipificações penais, não responderá por porte ilegal ou por disparo de arma de fogo de uso permitido.
- E** Os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República possuem porte de arma de fogo somente quando em serviço.

**Questão 51**

Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), o juiz poderá, entre outras medidas protetivas de urgência,

- A** determinar ao agressor o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
- B** determinar ao agressor a prestação de alimentos definitivos em favor da ofendida.
- C** decretar a prisão preventiva do agressor.
- D** conceder ao agressor auxílio-aluguel, por período de 6 meses, para que ele se afaste do local de convivência com a vítima.
- E** determinar a restituição de bens indevidamente subtraídos pela ofendida ao agressor.

**Questão 52**

Pedro é um trabalhador autônomo que extrai, sem autorização da autoridade competente, cascalho de área de preservação permanente para fornecê-lo a diversas empresas construtoras.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- I A conduta de Pedro configura crime ambiental e, caso ela resulte na diminuição de águas naturais ou na erosão do solo, a pena prevista para o crime será aumentada até a metade.
- II Pedro deverá responder por crime ambiental contra a flora.
- III A ação penal decorrente da conduta praticada por Pedro é de natureza pública incondicionada.
- IV A conduta de Pedro configura crime ambiental e se a conduta ocorrer no período de formação de vegetações, a pena prevista deverá ser aumentada em 1/3.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e II estão certos.
- B** Apenas os itens I e IV estão certos.
- C** Apenas os itens II e III estão certos.
- D** Apenas os itens III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 53**

Com base no Estatuto dos Policiais Militares, no Código de Ética e Disciplina e no Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará, assinale a opção correta.

- A** São classificados como preceitos da ética policial-militar o espírito de corpo, o orgulho do policial militar pela organização onde serve, o sentimento do dever, o pundonor policial-militar e o decoro da classe, que impõem, a cada um dos integrantes da polícia militar, conduta moral e profissional, irrepreensíveis.
- B** A licença-paternidade concedida ao policial militar pelo nascimento de filho, adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção será de oito dias consecutivos, prorrogáveis por igual período.
- C** A Polícia Militar do Pará (PMPA), força auxiliar e reserva do Exército, vincula-se operacionalmente ao governador do estado e subordina-se administrativamente à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social.
- D** Durante o período de licença sem remuneração, o não recolhimento de no mínimo três contribuições, consecutivas ou não, por responsabilidade do segurado, importará na suspensão do exercício dos direitos de proteção social.
- E** No âmbito dos processos e procedimentos na seara disciplinar, a intimação é o ato processual pelo qual se convoca, por ordem da autoridade competente, o acusado para defender-se em processo administrativo disciplinar.

**Questão 54**

A luz da Lei Estadual n.º 8.230/2015, que dispõe sobre a promoção dos Praças da PMPA, e da Lei Complementar Estadual n.º 53/2006, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da PMPA, assinale a opção correta.

- A** Para as vagas computadas e publicadas oficialmente conforme cronograma previsto no regulamento da legislação estadual, as promoções por tempo de serviço serão efetuadas duas vezes por ano, nos dias 21 de abril e 25 de setembro.
- B** É denominado subcomandante-geral aquele que foi indicado pelo comandante-geral e nomeado pelo governador do estado entre os oficiais da ativa da corporação e do último posto do quadro de oficiais policiais militares combatentes.
- C** Para fins de promoção, preenche vaga o praça que, estando agregado, venha a ser promovido e continue na mesma situação.
- D** O quadro de oficiais de administração (QOAPM) é constituído por pessoal oriundo das graduações de subtenente a 3.º sargento e que possua curso de formação de praças.
- E** O praça que tenha atingido o limite de idade para permanência no serviço ativo ou vá atingi-lo até a data da promoção não poderá constar de nenhum quadro de acesso.

**Questão 55**

Considerando as disposições das Leis Estaduais n.º 9.954/2023, n.º 9.500/2022 e n.º 6.626/2004, assinale a opção correta.

- A** O ingresso do praça ou do praça especial na PMPA ocorrerá por meio de nomeação e matrícula, por ato do governador do estado, após aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- B** O abono complementar concedido aos servidores civis e militares — ativos e inativos — e pensionistas do Poder Executivo não integra, para nenhum efeito, a base de cálculo da remuneração, sendo esta paga em parcela única.
- C** Uma das características que podem compor o perfil dos candidatos ao ingresso na PMPA é a capacidade de comando e liderança, que compreende a habilidade de influenciar o curso dos acontecimentos, colocando-se de forma assertiva.
- D** Os candidatos que frequentarem curso de formação de praças em unidades do interior do Pará estarão obrigados a servir na unidade ou área de circunscrição onde realizaram a preparação pelo período mínimo de doze meses.
- E** O reajuste sobre os valores dos soldos dos círculos de praças e de praças especiais dos quadros de ativos e inativos da Polícia Militar do Pará e do Corpo de Bombeiros Militar do Pará se estende a todos os seus pensionistas.

**Questão 56**

Conforme o disposto na Constituição Federal, julgue os itens a seguir.

- I O direito à livre manifestação depende de autorização da autoridade competente.
- II A pena de morte e a tortura são permitidas em caso de guerra declarada.
- III O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item II está certo.
- D** Apenas o item III está certo.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 57**

É direito fundamental expressamente previsto na Constituição Federal

- A** a dignidade da pessoa humana.
- B** a igualdade de homens e mulheres em relação a direitos e obrigações.
- C** a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- D** a prevalência dos direitos humanos.
- E** a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

**Questão 58**

A CF reforçou o papel do país como Estado signatário da Organização das Nações Unidas (ONU), assimilando artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos que tratam

- A** da privação da liberdade; da igualdade; da tolerância; do repúdio à tortura; e da dignidade humana.
- B** da prosperidade; da propriedade privada; da cultura; do trabalho; e da livre expressão.
- C** do devido processo legal sob análise judicial; da diferenciação entre os povos; da dignidade humana; da liberdade; e da igualdade.
- D** da vida; da segurança privada; da ordem social; da discriminação religiosa; da dignidade humana; da igualdade; e da pessoa humana.
- E** da dignidade humana; da não discriminação; da não escravidão; do repúdio à tortura; do *habeas corpus*; e do devido processo legal.

**Questão 59**

Os direitos humanos originaram-se a partir da concepção dos direitos naturais em uma dimensão do homem racional construído nas bases do período histórico do Iluminismo e que existem independentemente de norma ou regra instituída. Assim, a base dos direitos humanos, que os diferencia de toda outra forma objetiva de delimitação da essência humana nas sociedades modernas, remete

- A** a sua materialidade em normas infraconstitucionais.
- B** à condição de imposição dos direitos nos territórios.
- C** aos direitos inerentes à condição humana.
- D** a sua permanência enquanto norma rígida ao longo dos tempos.
- E** aos direitos inerentes à pessoa humana e que, portanto, excluem todas as outras formas de vida e o meio ambiente desse rol de proteção.

**Questão 60**

O Decreto n.º 7.037/2009, que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos, corroborando o compromisso do Estado brasileiro com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e demais pactos correlatos a esse dispositivo internacional de garantia dos direitos humanos, é estruturado a partir de eixos orientadores. O eixo IV, referente à segurança pública, acesso à justiça e combate à violência, corresponde

- A** à promoção da educação em direitos humanos no serviço público.
- B** ao fortalecimento dos direitos humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática.
- C** à promoção dos direitos de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seu direito de opinião e participação.
- D** ao combate à violência institucional, com ênfase na erradicação da tortura e na redução da letalidade policial e carcerária.
- E** ao sigilo da fonte e liberação da participação popular no sistema de segurança pública e justiça criminal.